

## A PARTICIPAÇÃO DOS INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO ARGENTINO (1810-1852)

Heloisa Jochims Reichel\*

### Resumo

O artigo contesta as representações que têm sido apresentadas acerca da sociedade latino-americana da primeira metade do século XIX, mais especificamente aquelas que induzem a pensar que houve uma quase total ausência dos grupos indígenas no processo de construção dos respectivos Estados após a independência. Perseguindo o objetivo a que se propõe, identifica e analisa as políticas adotadas pelos governos da Província de Buenos Aires ao longo da primeira metade do século XIX, no que diz respeito à população nativa e ao território que ela ocupava. Ao mesmo tempo, contempla a reação dos indígenas a essas medidas. Conclui, reiterando a participação desses – através de alianças ou de resistência – no redirecionamento da importância política e econômica da província de Buenos Aires, ocorrido no período proto-independente, principalmente a dos grupos denominados *índios amigos* e *índios aliados*.

### Palavras-chave

Província de Buenos Aires; século XIX; participação e resistência indígena.

### Abstract

*The article contests the representations that had been proposed concerning the Latin American society of the first half of the XIX<sup>th</sup> century, more specifically those that induce to think that there has been almost none participation of the native indigenous groups in the process of construction of the independent states. Pursuing this objective, it identifies and analyzes the policies adopted by the Provincia de Buenos Aires governments, throughout the first half of the XIX<sup>th</sup> century regarding the native populations and the territory by them occupied. At the same time, it contemplates the indigenous reactions to such measures. It concludes, reiterating the native groups participation -- through alliances or resistance -- in the growth of political and economic importance of Provincia de Buenos Aires, after independence movement, mainly that of the groups so-called "índios amigos" and "índios aliados" (indigenous friends and allied indigenous).*

### Key-words

*Province of Buenos Aires; XIX<sup>th</sup> Century; indigenous participation and resistance.*

A historiografia recente vem contribuindo para rever análises e representações construídas acerca da sociedade latino-americana nos anos que se seguiram aos movimentos de independência. Tanto a corrente historiográfica de inspiração positivista quanto a de orientação marxista se aproximam, quando nos apresentam um ambiente social pouco complexo no que diz respeito à composição e, principalmente, à atuação de alguns grupos sociais no período em que os Estados independentes se formaram.

Neste artigo, pretendemos relativizar as representações<sup>1</sup> que nos foram apresentadas acerca da sociedade latino-americana da primeira metade do século XIX, mais especificamente aquelas que nos induzem a pensar que houve uma quase total ausência de participação dos grupos subalternos, especialmente da população indígena, no processo de construção dos Estados independentes.

Os historiadores tradicionais, tanto os da corrente liberal quanto os da revisionista, influenciados pelo romantismo e/ou pelo positivismo do século XIX, narraram uma história que privilegiou o feito de heróis e que delegou, a certos personagens da elite crioula, o papel de mitos fundadores das nacionalidades. Destacaram o individualismo e o livre-arbítrio dos dirigentes, principalmente daqueles que se inspiraram no pensamento ilustrado, para explicar os projetos políticos levados a cabo pelos governos que buscavam implantar os Estados em formação. Àqueles estudiosos, não interessou perguntar como um caudilho, ou mesmo um líder local, envolvido nas inúmeras batalhas que ocorriam na época, conseguia arregimentar, tão fácil e rapidamente, tantos homens simples e sem maiores ambições para lutar e colocar suas vidas em risco. Ou quais motivos e esperanças levaram as pessoas do povo a apoiar e a participar de conflitos cujas razões, na maioria das vezes, não conheciam ou nem sabiam quem eram os inimigos. Nessa ótica, os grupos dominantes consideravam as camadas populares como incapacitadas à participação política.

A corrente historiográfica que se inspirou no materialismo histórico e que teve larga aceitação na América Latina, por quase toda a segunda metade do século passado, também simplificou a dinâmica sociopolítica relativa ao período que se segue aos movimentos de independência. Numa avaliação da representação construída por historiadores dessa orientação teórica, Bárbara Weinstein escreveu:

Só para resumir rapidamente, essa linha de crítica geralmente viu a independência como um projeto das elites que excluiu as classes populares, e fechou os pequenos espaços de atuação política que existiram na época colonial. Por isso, os índios ficaram inteiramente fora da nação, ou incorporados somente como não-índios.<sup>2</sup>

No caso da Argentina, a invisibilidade dos nativos no período pós-independência é ainda mais enfática em todas as correntes historiográficas. Uma das razões que contribuiu

para a propagação dessa imagem consiste na pequena população indígena que habitava o território do Vice-Reinado do Rio da Prata nos anos que antecederam a emancipação política. Outra se refere à presença, desde os inícios da colonização, de uma linha de fronteira que dividia os territórios ocupados pelos colonizadores brancos dos que eram habitados por nações e tribos indígenas que mantinham suas organizações sociais, políticas e culturais autônomas e respeitadas pelas duas Coroas. Essa fronteira vigorou até 1869, abstraindo, do controle do Estado nacional, boa parte do atual território da Argentina.

Os historiadores, ainda, relacionaram o incremento da exploração do gado ocorrido na fase proto-independente com a ocupação de terras ainda inexploradas, as quais denominaram *deserto* ou *vazias*. Essa interpretação induz à formulação de uma idéia de que o processo de ocupação das mesmas ocorreu sem conflito.

Nesse sentido, os da corrente liberal, ao criticarem os rumos que a emancipação assumiu durante o governo de Rosas, foram os primeiros a destacar a pequena população presente nas áreas dedicadas à pecuária e a continuidade do modelo colonial de sociedade e de economia após a independência. Porém, não apenas esses, considerados tradicionais, apresentaram essa versão simplificada da sociedade da primeira metade do século XIX. Mesmo os que se fundamentaram no materialismo histórico, descreveram o espaço platino como *vazio* de população e as terras como *novas* do ponto de vista da exploração econômica. Sarmiento, com a obra *Facundo ou Civilización y barbárie en las pampas argentinas* (1848), inspirou os liberais, enquanto que Ciro Flamarion Cardoso, autor de *História econômica da América Latina* (1983), serve de exemplo de historiador de tendência marxista que corrobora a tese das terras vazias.

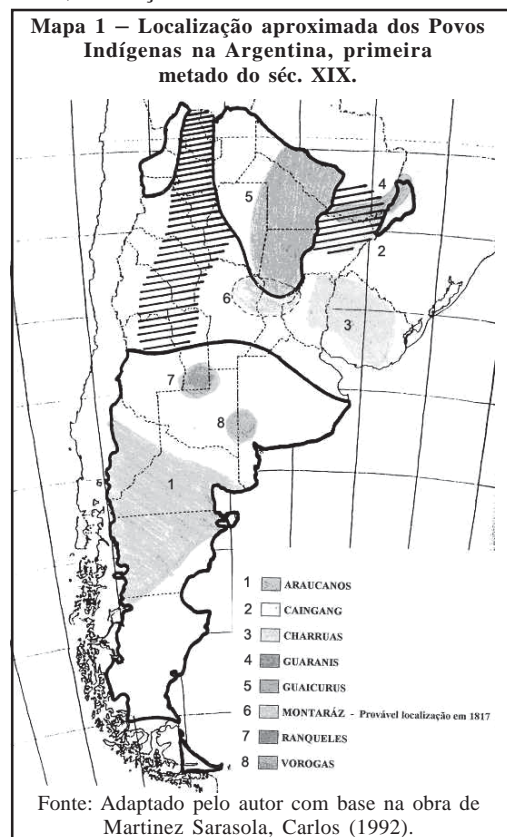
Seguindo o objetivo proposto para este artigo, analisaremos as políticas adotadas pelos governos da Província de Buenos Aires ao longo da primeira metade do século XIX, no que diz respeito à população indígena e ao território que ela ocupava. Com isso, pretendemos demonstrar que as terras não estavam *vazias* de população como o termo induz a pensar e que o processo de exploração das mesmas, seja pelos governos, seja pelas sociedades nacionais que se organizavam, foi realizado em meio a conflitos e acordos entre brancos e grupos indígenas.

Cabe esclarecer o porquê de focalizar exclusivamente a Província de Buenos Aires. Dois são os motivos. O primeiro relaciona-se com a impossibilidade de analisar a Argentina como uma totalidade no período delimitado, pois, após 1820, a nação organizou-se político-administrativamente como uma república federalizada e, conseqüentemente, até 1852, quando da queda de Juan Manuel de Rosas, Buenos Aires foi autônoma em relação às demais províncias. O outro diz respeito ao papel decisivo que a fronteira com os índios desempenhou na história da Província. Cabe lembrar que, relativamente à possibilidade de ampliar

sua zona rural, Buenos Aires gozava de uma posição privilegiada, se comparada às demais províncias que se dedicavam à criação de gado. Enquanto que Santa Fé, Entre Rios e Corrientes tinham seus territórios delimitados e com poucas chances de expansão para o interior, Buenos Aires soube reverter, a um dado positivo, aquilo que, aparentemente, poderia ser considerado como um problema, ou seja, a sua localização fronteiriça ao território indígena. Como veremos a seguir, a possibilidade de ocupação desse espaço, aliada a uma ação racional e agressiva por parte dos portenhos, tornou-se o elemento básico para a expansão econômica da província e sua posterior hegemonia sobre as demais.

*A expansão da fronteira e a expulsão dos indígenas de seu território*

Nos anos que antecederam o movimento de independência, no Vice-Reinado do Rio da Prata, as relações entre brancos e índios atravessavam um período de relativa tranqüilidade



e podiam ser consideradas, de certa forma, amistosas. À época, o comércio inter-étnico, que vinha crescendo desde o século XVIII, já constituía uma extensa rede de circulação mercantil, integrando distintos grupos e regiões do território indígena e este, com as áreas controladas pelos europeus e crioulos. Os grupos e nações indígenas, que ocupavam ainda uma grande parcela do território argentino atual e especialmente da província de Buenos Aires (ver Mapa 1), dependiam cada vez mais de produtos agrícolas, armas e têxteis de algodão, comercializados pelos brancos. Por sua parte, abasteciam as estâncias que se formavam junto à linha da fronteira de cabeças de gado, bem como forneciam couros e artefatos de lã e madeira aos comerciantes.

Essas relações de amizade e intercâmbio geraram seus frutos no momento da formação da nação independente.

Em 22 de dezembro de 1806, por exemplo, o Cabildo de Buenos Aires recebeu uma delegação de dez caciques pampas que vinha oferecer os serviços de um exército de 20 mil guerreiros, na eventualidade de ocorrer uma nova invasão dos ingleses à cidade. Outras ofertas semelhantes a esta se sucederam até o momento da independência e sempre foram bem vistas pelo Cabildo, que se encontrava motivado a manter boas relações com os nativos. Essas se faziam necessárias porque muitos dos membros ou dos representados naquele órgão vinham realizando um avanço gradual e lento na linha da fronteira, invadindo, assim, progressivamente o território indígena.

Quando da emancipação, alguns dos primeiros atos do governo, inspirados nos princípios liberais que defendiam a supremacia do indivíduo e a liberdade e igualdade entre os homens, trataram de reafirmar esse tipo de convívio. Sendo assim, em 8 de junho de 1810, a Junta de Governo integrou as unidades de milícias indígenas aos batalhões de soldados brancos, estabelecendo a igualdade entre as duas etnias. Em setembro de 1811, o tributo pago pelos indígenas foi suprimido e, em março de 1813, a Assembléia Constituinte decidiu pela reafirmação dessa abolição e pela igualdade dos índios com os outros habitantes nos demais assuntos. Essa medida provocou a extinção da mita e de todas as formas de “serviços pessoais” prestados pelos índios.

É necessário destacar, porém, que a adoção de uma política orientada pelo individualismo liberal, na qual os povos indígenas deixavam de estar submetidos a uma legislação específica, vinha ao encontro do anseio dos pecuaristas, que era a liberação de terras para a expansão pecuária. Esse avanço da linha de fronteira, porém, gerava conflitos e resistência por parte de algumas tribos, fazendo com que se desenhasse, no cenário das relações interétnicas da época, aquilo que, mais tarde, foi identificado e capitalizado por Rosas em seu governo: a existência de tribos amigas e tribos inimigas ao Estado que se formava.

As relações amistosas desenvolvidas durante a conjuntura emancipacionista tenderam a se deteriorar irremediavelmente a partir de 1820, especialmente aquelas que se realizavam na fronteira sul de Buenos Aires. Como a federalização das províncias argentinas aumentara a necessidade de a cidade-porto expandir sua produção pecuária a fim de continuar desempenhando sua vocação comercial, o governo de Martin Rodrigues (1820-1824) assistiu ao acirramento das relações entre brancos e índios. A fundação do forte Independência (em Tandil), com a conseqüente expulsão das tribos que habitavam a região serrana em abril de 1823, foi o acontecimento que desencadeou essa situação. Em outras palavras, provocou o rompimento do tratado de Miraflores,<sup>3</sup> que o governador assinara com os caciques radicados próximo à fronteira, em 1820.

Esses conflitos, que passaram a sobrepujar as relações pacíficas, já vinham se fazendo sentir desde o século anterior, quando a diminuição dos rebanhos de gado *cimarron* e o

aumento da demanda de couro e de carne salgada levavam índios e brancos a disputar as terras da campanha ao sul da província. Acompanhando a movimentação dos pecuaristas, o governo colonial instalara fortes, deslocara milícias, formando corpos regulares (*blendengues*) junto à linha de fronteira que, por sua vez, ganhava grande mobilidade. Os índios, por outro lado, respondiam com *malones*, isto é, invasões rápidas às estâncias, acompanhadas de roubo de mulheres, de artefatos de metal, de trigo, de aguardente, etc.

A intensidade dos conflitos era contornada, todavia, com uma política de relações pacíficas que se constituía, além das medidas de governo já mencionadas, da distribuição de presentes aos índios e, principalmente, da prestação de homenagens e reconhecimento de autoridade aos caciques que se mostravam mais amistosos.

Ante a necessidade crescente de ampliar a sua zona de campanha, o governo de Buenos Aires fundou Dolores, em 1817. Começava, assim, o alargamento da área colonizada ao sul de Buenos Aires, o qual prosseguiu intensamente na década seguinte e se consolidou com a expedição ao deserto de Juan Manuel de Rosas, em 1833.<sup>4</sup>

Até 1820, era muito grande a extensão das terras públicas e havia grandes vazios na zona da fronteira. Com isso, era difícil a delimitação do território sul da província e os indígenas freqüentavam com facilidade a área fronteira, provocando instabilidade e insegurança aos pecuaristas.

Ainda durante o governo nacional,<sup>5</sup> o Congresso autorizou a distribuição de campos aos militares que haviam participado das guerras de independência ou a novos povoadores que os quisessem colonizar. Segundo as regras prescritas pelo Congresso, na época, a doação de terrenos baldios deveria ser feita sob o compromisso dos novos proprietários de medi-los e povoá-los até quatro meses após o seu recebimento. Com isso, evitava-se as investidas periódicas dos indígenas às terras da província.<sup>6</sup>

Essa medida incentivou a colonização de terras por gente simples, sem capital, pois previa um auxílio governamental aos novos proprietários em termos de recursos e de milícias para os proteger das investidas dos índios e isenção de impostos. Entretanto, ao mesmo tempo em que a instalação de pequenas propriedades nas distantes e perigosas fronteiras era favorecida, outras, de maior porte, também surgiam no coração da campanha, envolvendo maiores recursos, capitais e, portanto, possibilitando uma produção mais significativa.

Um exemplo dessas novas propriedades que se formavam podemos subtrair dos relatos de Alfredo Montoya (1956) sobre a aplicação que a sociedade Dorrego, Rosas e Terreno fez dos lucros obtidos durante os primeiros 20 meses de atividade do saladeiro de carnes que possuía em Quilmes. Segundo o autor, a sociedade adquiriu, em julho de 1817, duas estâncias de três léguas de frente por três de fundos, situadas na costa do Salado, na

jurisdição de Guardia Del Monte, pagando \$16.000, sendo que uma das estâncias foi transferida com quatro escravos, currais, ranchos e todos os animais, que consistiam em 3.600 vacuns de distintas idades, 200 mulas, 150 cavalos e 100 potros e éguas.

Retornando à conjuntura de hostilidades que se instalara após a expansão da fronteira até Tandil, em 1823, e à premente necessidade de defender as propriedades que se instalavam aquém e além fronteira, temos que o governo da província, ao estabelecer uma nova linha divisória, situada mais ao sul, designou como comandante da expedição militar que realizaria a demarcação o então coronel don Juan Manuel de Rosas.

Para a demarcação dessa nova linha, foram enviados 60 peões e 3 carretas carregadas de utensílios e víveres de Buenos Aires. Como força militar, dois esquadrões de soldados de cavalaria, 1 comandante, 1 sargento maior, 1 sargento maior agregado, 4 capitães, 1 ajudante, 4 tenentes, 1 subtenente e 248 praças, mais 4 carretas de víveres, 140 novilhos e 800 cavalos e mulas para transporte e alimentação deles. Demonstrando haver combinação dos interesses públicos com os privados, e que não era interessante separá-los, juntamente com o coronel Rosas, foram funcionários pessoais, no total de 85 pessoas, que levavam gado, carretas de alimentos, cavalos e peões de sua propriedade. Por outro lado, como o objetivo era ocupar oficialmente as terras que eram disputadas por pecuaristas e índios, a comissão foi acompanhada por um engenheiro do Departamento Topográfico,<sup>7</sup> um secretário do mesmo departamento e mais uma equipe que levava todo o material necessário para fazer o levantamento e a medição dos terrenos da região.<sup>8</sup>

Segundo relato do próprio Rosas, a expedição saiu das terras dos Anchorena, situadas próximo aos Montes Grandes, as quais serviram como base e ponto de partida para a formação da nova linha. Em alguns dias, alcançaram Vacaloncoy e, em seguida, Talitas e Durazno, lá se reunindo toda a comitiva. Após dez dias de viagem, alcançaram o Mar Chiquita e as antigas possessões jesuíticas, sempre tendo a Sierra del Vulcán como ponto de referência. Próximo à Lagoa dos Padres, foi constatado que deveria ser construído um forte.

Durante os dias de Ano Novo, permaneceram no Forte Independência, onde o coronel Rosas recebeu as respostas às correspondências que enviara aos índios pampas e tehuelches sobre as negociações de paz.<sup>9</sup> Após dialogar com os caciques sobre seus interesses, conversando em língua pampa, que Rosas aprendera em seus muitos contatos com os autóctones, obteve um acordo que estabelecia a paz entre as partes. Utilizando-se do conhecimento que tinha do idioma, o que impossibilitava aos índios esconder qualquer plano contrário, e da promessa de envio de alguns produtos, Rosas passou a contar com a cooperação de algumas tribos pampas e tehuelches. Depois de mais de quinze dias de viagem, retornaram a Buenos Aires com a nova linha de fronteira demarcada e com o aproveitamento dos fortes e fortalezas já existentes.

Rosas tomara para si a responsabilidade de apaziguar os índios por possuir propriedades nas áreas fronteiriças. Essas haviam aumentado pouco a pouco, através da amizade que fez com os índios pampeanos. Mas, principalmente, seu interesse se devia ao fato de saber que, caso fosse bem-sucedido nessas novas negociações, teria como recompensa o reconhecimento de toda a população da província, podendo, assim, ascender ao poder que almejava. Isso explica o empenho com que negociava com os índios, cumprindo suas promessas para com os dois lados e proporcionando um aumento do território e do comércio para os buenaienses e os índios, respectivamente.

Após essa bem-sucedida expedição militar, que conquistou terras ao sul, o governo de Buenos Aires iniciou um processo de povoamento e organização da Nova Fronteira, sendo que, em 1825, fundou vários fortes militares desde Santa Fé até o Atlântico. Esses tinham por finalidade assegurar uma paz relativa entre os pecuaristas que se instalavam na região e os grupos indígenas que dali eram expulsos.

Entretanto, a política de Rivadavia, que buscava recuperar para as Províncias Unidas o território da antiga Banda Oriental, fez com que Buenos Aires entrasse em guerra contra o Brasil em 1826. A partir desse conflito, o aparato militar da fronteira foi desmobilizado e o governo se descuidou da segurança rural. Sentindo-se, então, ameaçados na preservação dos seus bens econômicos, os pecuaristas passaram a não apoiar o projeto político de Rivadavia, inclusive o de elaborar e fazer vigorar uma nova Constituição unitária para as províncias. A falta de segurança na zona da fronteira ao sul do rio Salado e o recrudescimento das invasões das tribos indígenas fez, inclusive, com que Rosas se posicionasse contra o governo central e, na segunda metade do ano de 1826, se filiasse ao partido federal. Sobre a insegurança que passou a ameaçar a vida nas terras da fronteira, ele afirmou:

Entraram os índios pelo sul, dispersaram nossas poucas forças, fizeram uma terrível mortandade de homens por todo o campo que pisaram e levaram quantos cativos e gados que quiseram levar. Ofereci-me ao governo, para sair ao seu alcance com gente armada e batê-los (...), porém, minha oferta não foi considerada.<sup>10</sup>

A retirada de apoio dos pecuaristas e a crise financeira gerada pela continuidade da guerra contra o Brasil provocaram a demissão de Rivadavia e a ascensão ao poder, novamente, dos partidários do federalismo.

Logo após a eleição de Dorrego, em 1827, este nomeou Juan Manuel de Rosas como Comandante Geral das Milícias da Campanha da Província de Buenos Aires, dando-lhe uma tripla missão: conseguir e preservar a paz com os índios, preparar um plano para expandir a fronteira e estabelecer uma colônia em Bahia Blanca. Naquele ano, Rosas chefiou a campa-



nha militar que estendeu a fronteira para além de Volcán e Tandil, instalando uma linha de novos fortes: Federación, 25 de Mayo e Bahia Blanca, este último fundado em 1828, atuando como porto que ligava por mar, diretamente, Buenos Aires com as novas terras conquistadas pela província (Mapa 2). O viajante e naturalista Charles Darwin, que esteve na região nos inícios dos anos trinta, assim falou desse povoado:

Bahia Blanca quase nem merece o nome de aldeia. Compõe-se de algumas casas e quartel das tropas, que se encontram circundados por uma profunda vala e por uma parede fortificada. Sua instalação é de data recente (1828) e o seu desenvolvimento foi eivado de dificuldades. O governo de Buenos Aires, menosprezando os sábios conselhos dos vice-reis espanhóis, que compraram dos índios as terras próximas ao antigo posto do rio Negro, ocupou a posição pela violência, e, deste modo, explicam-se as fortificações existentes e a escassez de casas, bem como a pouca terra cultivada que se vê fora das muralhas. Nem mesmo o gado está coberto do ataque dos índios, além dos limites da planície onde se acha a fortaleza. (...) <sup>11</sup>

Durante esse período, Rosas ganhou prestígio entre os proprietários rurais, popularidade entre os gaúchos e amigos entre os índios. Em relação a estes, costumava atraí-los com presentes e boa hospitalidade. Permitia que realizassem comércio nas *pulperias*<sup>12</sup> e até oferecia emprego para alguns, transformando-os em peões. Somente quando reagiam à penetração dos brancos e à ocupação das suas terras, provocando insegurança e morte a seus homens ou ao gado, é que usava do poder das armas contra eles.

No final de 1832, o setor pecuarista sentia que necessitava de mais terras para expandir a produção. A pressão sobre novos campos se fizera constante desde os inícios da década anterior e aumentara consideravelmente com a grande seca e com a queda dos preços no mercado internacional que marcaram os inícios da década de 1830.

Mapa 2 – Expansão territorial da Província de Buenos Aires (1817-1833).



Dentre os fatores conjunturais que mais afetaram a produção pecuária de Buenos Aires, até 1840, merece especial destaque a grande seca que ocorreu na região a partir de 1829 e que atingiu seu ponto culminante em 1832.<sup>13</sup> Ela desarticulou a produção, mesmo nas terras mais antigas da província e afetou, principalmente, a população pobre, fazendo com que, cada vez mais, a alternativa de expansão para a produção pecuária fosse a de ocupar as terras indígenas. A diminuição dos rebanhos, nessa ocasião, foi tão significativa que as estâncias dos grandes pecuaristas passaram a contar apenas com 200 a 300 cabeças de gado, no norte, e, ao sul, onde estavam localizadas as mais extensas, mal ultrapassavam o número de 500.

Com o objetivo de atender à demanda de terras por parte da pecuária portenha, em 28 de janeiro de 1833, Rosas foi nomeado Comandante Geral da Campanha e Chefe da Divisão Esquerda do Exército Nacional para operações contra os inimigos índios. Iniciava, assim, uma de suas mais importantes realizações: a conquista das terras ao sul do Salado, denominada Campanha do Deserto.<sup>14</sup> Segundo Carlos Lemée,<sup>15</sup> essa investida militar, denominada pelos periodistas parisienses, apropriadamente, “*conspiración del silencio*”, durou um ano, destruiu as indiadas de 14 caciques maiores, pôs fora de combate mais de 10.000 índios e resgatou cerca de 4.000 cativos.

O novo extremo sul não era na realidade um deserto. Ainda que as terras fossem áridas e as chuvas escassas, tinha três rios importantes: o Salado, o Colorado e o Negro, capazes de transformar uma região de vinte mil léguas quadradas em férteis pastos que se estendiam até o norte da Patagônia. Em carta pública, Rosas defendeu a expedição, dizendo:

Pecuaristas: vós sabeis que a campanha e a fronteira se encontram hoje inteiramente livres dos índios inimigos, que aterrados pelos repetidos golpes de morte que têm sofrido em seus mesmos lugares e tendas, se refugiaram no outro lado do rio Negro da Patagônia e na base das cordilheiras dos Andes. Um esforço mais e ficarão livres para sempre nossas dilatadas campanhas e haveremos de estabelecer a base de todos os cálculos de nossa riqueza pública.<sup>16</sup>

Essa etapa da ofensiva dos pecuaristas sobre o território indígena estendeu-se até 1833, quando Rosas, que governara a província de 1829 a 1832, comandou a Campanha do Deserto, consolidando, assim, a fronteira de Buenos Aires junto ao rio Colorado.<sup>17</sup> A relação com os nativos, nesse período, já vinha sofrendo algumas modificações. Durante a primeira administração de Rosas na Província de Buenos Aires (1829-1832), as guerras contra a Liga do Interior<sup>18</sup> haviam esgotado os recursos financeiros que possibilitavam manter os acordos acertados com os nativos e exigiram o deslocamento de tropas para os campos de batalha. Somando-se a isso, a invasão dos araucanos, vindos de áreas junto aos

Andes, ocasionou a total desproteção dos pecuaristas ante os indígenas. Woodbine Parish, financista, viajante e cônsul inglês em Buenos Aires, assim descreveu as difíceis relações que se estabeleceram entre índios e brancos durante os anos de 1829-1833:

Porém, voltando aos índios: entre outras lamentáveis conseqüências produzidas por estas dissensões civis, não apenas os índios amigos se apartaram de novo de suas úteis e pacíficas ocupações, como as tribos hostis, que nunca haviam se submetido ao governo de Buenos Aires, descobrindo que se retiravam as guarnições dos novos fortes, e que deixavam as fronteiras sem forças suficientes para protegê-las, lançaram-se sobre o novo estabelecimento e cometeram as mais espantosas atrocidades. A devastação e a ruína que fizeram foi aterrozante, porém receberam um marcante castigo em 1832 e 1833 do General Rosas, que saiu pessoalmente à campanha, comandando a força mais imponente que até então havia entrado em seus territórios. Marchando ao Sul até os rios Colorado e Negro, desocupou todo o campo intermediário, matando centenas deles. Algumas tribos foram exterminadas; outras fugiram para a cordilheira do Chile onde, unicamente em suas entranhas, podiam considerar-se salvos da perseguição das exasperadas e vitoriosas tropas.<sup>19</sup>

Na primeira Campanha do Deserto, muitas foram as pessoas aprisionadas pelos índios, demonstrando que os nativos nem sempre concordavam em perder suas terras. A imagem que nos foi apresentada por contemporâneos do período, no entanto, foi a de que agiam como bárbaros e malfeitores sem causa. Afinal, o que temos é o registro dos invasores. Assim, conforme Busaniche (1983), houve mais de 6 mil cativos, seqüestrados nos assaltos aos povoados ou às caravanas. E, segundo Parish, mulheres de todas as idades foram aprisionadas em grande número, dando continuidade a uma prática comum durante os malones: “*Muchas de estas pobres mujeres hacia muchos años estaban em sus manos; otras robadas en la infancia, no podian dar razón ni indicio de a quien pertenecian; y otras, finalmente, eran las infelices madres de unos hijos nacidos para seguir la vida brutal de estos salvages*”.<sup>20</sup>

Mas, afora a destruição e o confronto direto com as tribos inimigas, Rosas buscou a paz, o acordo e a contribuição das tribos amigas para exterminar a todos que dificultavam a expansão do território e da pecuária de mercado. Com base nesse objetivo, adotou uma política indígena específica que denominou “negócio pacífico com os índios”.

#### *O negócio pacífico com os índios*

Rosas, durante o período em que atuou como chefe do governo de Buenos Aires (1829-1852), adotou uma política em relação à população nativa que chamou “negócio pacífico com os índios”.<sup>21</sup> Ele instalou um sistema regular de relações pacíficas com algumas tribos e, pela primeira vez, destinou verbas do orçamento da província para sua execu-

ção. Essa política conheceu três etapas. A primeira, que corresponde ao período do primeiro governo de Rosas (1829-1832), caracterizou-se por manter a política de relações amistosas com as tribos amigas, distribuindo presentes e reconhecendo a autoridade dos seus caciques. A segunda, adotada desde o início da segunda investidura de Rosas até a tentativa de golpe para derrubá-lo do poder, em 1839, consistiu na instalação de tribos amigas sobre a zona fronteira, com o propósito de que atuassem como barreira de contenção aos ataques das tribos inimigas. A última, empregada durante o período do “terror” e militarização que Rosas impôs à sociedade após a tentativa de golpe para retirá-lo do poder, caracterizou-se por integrar vários grupos indígenas ao exército nacional.

Durante o governo de Rosas, Buenos Aires manteve relações de amizade com duas categorias de tribos, denominadas amigas e aliadas, e considerou as que rejeitavam qualquer acordo como inimigas ou infiéis. As tribos amigas e as aliadas diferenciavam-se entre si pelo sistema de racionamento a que estavam sujeitas, pela localização geográfica e pelas funções que desempenhavam.

Na primeira fase do negócio pacífico com os índios, as tribos aliadas se concentravam fundamentalmente nas proximidades da Fortaleza Argentina (Baía Blanca) e do Forte Independência (Tandil), havendo entre elas e o governo o compromisso tácito de não realizar qualquer ataque às estâncias fronteiriças. Os índios dessas tribos mantinham contatos comerciais permanentes com os fortes, vendendo gado vacum e informações sobre qualquer novidade de importância em relação aos movimentos de tribos hostis. Esses serviços eram pagos mediante a entrega de produtos classificados como “vícios”.<sup>22</sup> As tribos amigas, por sua vez, localizavam-se mais distantes dos fortes, mas ainda no interior da região fronteira. Para elas, o governo entregava ovelhas e cavalos, destinados à alimentação e ao transporte. Os “vícios”, ao contrário, provinham da atividade comercial desses índios, que não tinham o mesmo compromisso de fidelidade para com os brancos.

O intercâmbio com os índios aliados ou amigos era efetuado através de visitas que estes realizavam aos fortes, momento em que os comerciantes ali sediados entregavam-lhes os produtos para, depois, com a apresentação da fatura, serem ressarcidos pelo governo. Exemplo dessa transação, temos no documento:

Relación del numero de índios que hay en el chacarita de los colegiales y de los artículos que se les pueden dar a su regreso:

Dos capitanejos

Seis índios

Una índia

Para los índios:

Seis camisas

Seis calsoncillos  
Seis chaquetas ordinárias  
Seis chiripá de Bajeta  
Seis ombreiros ordinaris  
Seis paunchos idem  
Para la índia  
Una manta de paño  
Un atadito cuentes  
A la propartida siempre se les há dado hierba y tabaco  
Buenos Aires, Julio 3, 1833.<sup>23</sup>

Se considerarmos os comentários publicados pelo jornal *El Grito Argentino* – que fazia oposição a Rosas – sobre o “negócio pacífico com os índios”, constatamos que essa política se constituiu numa estratégia que tinha, por uma das finalidades, manter mobilizado o homem da campanha. Com isso, impedia-se que as novas terras anexadas ao território da província fossem ocupadas livremente e, dessa maneira, prejudicassem os interesses dos grandes pecuaristas e proprietários rurais.

Nesse sentido, um artigo publicado pelo mesmo periódico nos fala que o chefe do governo e os pecuaristas provocavam a renovação constante das invasões indígenas, mantendo mobilizada parcela importante da população ativa. Com isso, pareciam estar conscientes de que, numa sociedade como a de Buenos Aires, onde predominavam os homens livres e a terra era abundante, era necessário ocupar a mão-de-obra ali presente. Diz o referido artigo:

Rosas disse que, em sua destacada expedição ao sul, haviam morto 20 mil índios. Rosas gasta cada ano centenas de milhares no que chama negócio pacífico dos índios. Apesar de tudo, os índios seguem assaltando a campanha: umas vezes são os índios amigos que se têm sublevado; e outras são, sem dúvida, os índios mortos, que ressuscitaram. O certo é que quase todos os levantamentos de índios amigos, e todas as entradas que fazem os índios inimigos, são feitos de acordo com Rosas. A razão disto é que, além de querer ter sempre sujeita a campanha com o temor dos índios, não podem os índios viver quietos sem roubar: Rosas quer tê-los sempre contentes e o modo é consentir que roubem: e para que a campanha não conheça que ele o consente, fez o aparato de ter forças na fronteira; os pobres soldados e oficiais vão lutar com boa-fé, quando há invasão de índios; e, na maioria das vezes, não os alcançam. Se Rosas não tivesse de acordo com os índios, ele teria sempre notícia de quando os índios pensam em invadir, daria com tempo suas ordens e os índios não poderiam escapar. Muito fácil lhe seria adquirir estas notícias, uma vez que gasta tanto no “negócio pacífico”, e uma vez que tem tantos índios amigos, que poderiam estar de espões entre os índios inimigos e avisar-lhe tudo. Porém, ele nada sabe: entram os índios quanto lhes imagina: se encontram um

chefe valente, são perseguidos e, se não, fazem o que querem e se retiram: e logo publica Rosas uma parte mentirosa ou fingida de Antonio Ramirez, dizendo haver derrotado aos índios, tirando-lhe tudo e morto centenas deles. E entretanto, estes índios nunca se acabam.<sup>24</sup>

### *Conclusão*

Ao contrário do que a historiografia costuma relatar sobre as relações sociais e étnicas que se estabeleceram no período proto-independente na Argentina, podemos afirmar que a participação dos grupos subalternos, no caso específico que tratamos, dos indígenas, no processo de construção do Estado independente resultou, se dúvida da correlação de forças, dos embates e das alianças que se estabeleceram entre brancos e índios naquele momento, naquela sociedade.

Em outras palavras, o resultado alcançado ou as transformações que surgiram foram, em grande parte, provenientes das relações, conflituosas ou amistosas, que se estabeleceram entre brancos e índios. Cada um dos grupos, com suas aspirações, suas reivindicações participou do campo de forças que compunha a realidade histórica.

As diversas tribos e nações indígenas atuaram de forma decisiva na configuração da economia agropecuária da província de Buenos Aires. Não foram, assim, apenas manipuladas como objeto dos interesses da elite branca. Como vimos, as tribos amigas e aliadas negociaram com os brancos para obter alimentos, roupas, cavalos, além de manterem o direito de permanecer em parte de seu território. Quando foi interessante, usaram de táticas agressivas como a invasão, o roubo e até o rapto de mulheres brancas. Em troca, foram importantes para conter o avanço das tribos inimigas.

Elas fizeram, muitas vezes, o papel que caberia aos brancos na luta pela expansão e segurança territoriais. Seja aliada, amiga ou infiel, a população nativa foi importante para manter as milícias, compostas de homens livres, mobilizadas. Com isso, afastavam o perigo de esse contingente de brancos pobres e de mestiços pressionar por terras e nelas se instalar para garantir sua sobrevivência. Auxiliaram, assim, na liberação de terras aos estancieiros e à produção pecuária voltada para o mercado exportador.

No confronto que se estabeleceu entre grupos da elite branca, também tiveram um papel a exercer. Exemplo dessa participação encontramos na integração dos índios aliados e amigos ao exército formado por Rosas durante a fase do “terror”, quando passou a exercer plenamente a “suma de poderes”. Por um lado, o aumento do número de soldados e o apoio das camadas populares que essa medida ocasionou fortaleceram a política conservadora e protecionista adotada pelo governo. Por outro, essa aliança entre Rosas e parte da população nativa colocou os que se opunham à ditadura cada vez mais na oposi-

ção, chegando a inspirar, na dinâmica dos conflitos políticos, Sarmiento a redigir, no exílio forçado a que se impusera, sua obra *Facundo ou Civilización y barbárie en las pampas argentinas*. Nela, como sabemos, o nativo é representado como a barbárie.

Ainda, a necessidade de praticar uma política de alianças e amizade com os indígenas, por parte do governo, demonstra que as terras não estavam vazias, como são geralmente representadas pelos historiadores e que a expansão territorial foi realizada a partir de negociações com os indígenas e não apenas através do confisco de terras e extermínio da população que as habitava.

Por fim, é forçoso reconhecer que os índios foram, sem dúvida, os perdedores no Estado independente que se formou ao longo de três quartéis do século XIX. Perdedores sim, mas ausentes não. Participaram de uma luta cujo resultado final foi produto, também, das ações que praticaram, das aspirações e das reivindicações que apresentaram ao longo do desenvolvimento da mesma.

*Recebido em dezembro/2004; aprovado em maio/2005*

#### Notas

\*\* Doutora em História Social, USP. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos.

<sup>1</sup> A utilização do conceito teórico-metodológico “representações” orienta-se na forma como foi analisado por Baczko (1985) e Chartier (1990)

<sup>2</sup> WEINSTEIN, B. *As novas tendências historiográficas nos Estados Unidos sobre a América Latina*. Texto 4, São Paulo, CEDHAL, 1997, p. 2.

<sup>3</sup> O Tratado de Miraflores estabelecia, entre outros pontos, a linha divisória entre o território ocupado pelos brancos e o pertencente às tribos indígenas. O decreto do governo especificava que uma comissão mediria os terrenos dos estancieros do sul da província e os localizados na Sierra de Volcán, área em que seriam instalados imigrantes para povoar a fronteira. Segundo o tratado, ainda, após a definição dos terrenos ocupados pelos fazendeiros, ficava proibido qualquer habitante de Província de Buenos Aires ocupar terras que ficassem em território dos índios. Como se pode imaginar, o Tratado não foi bem aceito pelos pecuaristas, sendo constantemente violado.

<sup>4</sup> Rosas foi um dos muitos estancieros que se projetaram na sociedade portenha após a independência. Foi também um dos pioneiros na expansão territorial e na formação das grandes estâncias. Quando, em 1817, o então comandante geral da campanha, Gen. Balcarce, cruzou a linha do rio Salado, Rosas foi dos primeiros a ali se estabelecer, comprando terras e ocupando outras no território dos índios. Em Guardia del Monte, sobre o Salado, construiu a mais importante de suas estâncias, a de Los Cerrillos.

<sup>5</sup> Refere-se ao período anterior à derrota de Buenos Aires em Cepeda, no ano de 1820, quando se adotou a federalização das províncias, extinguindo-se o governo central.

<sup>6</sup> Essa autorização baseou-se na lei da Assembléia de 15 de março de 1813, que, apesar de não propor nenhum sistema sobre a colocação da terra pública, autorizava o Poder Executivo a dispor “francamente” das terras que pertenciam ao Estado, para incremento do erário.

<sup>7</sup> A criação do Departamento Topográfico pelo governo da província de Buenos Aires em 1823 é um indicativo da intenção e participação do Estado no processo de expansão do território da província, bem como no de crescimento da pecuária baseada na criação de gado.

<sup>8</sup> Dados extraídos de ROSAS, J. M. “Establecimiento de la Nueva Frontera”. In: ANGELIS, P. de. *Colección de Obras y Documentos*. Buenos Aires, Plus Ultra, tomo VIII, v. A, 1972, pp. 185-238.

<sup>9</sup> Os tehuelches e os araucanos, vindos do Chile, eram geralmente inimigos e dificilmente estabeleciam negociações. Os pampas, ao contrário, eram mais amistosos e, geralmente, aceitavam uniões momentâneas e circunstanciais ao longo de um único objetivo: a obtenção de gado. Após isso, cada tribo tomava o seu próprio rumo.

<sup>10</sup> SALDIAS, A. In: LINCH, J. *Ruan Manoel de Rosas, 1829-1852*. 2 ed. Buenos Aires, Emecé, 1984, p. 36

<sup>11</sup> DARWIN, C. *Viaje de un naturalista alrededor del Mundo – 1834*. Buenos Aires, El Ateneo, 1942.

<sup>12</sup> *Pulperia*: casa de comércio rural, denominada “vendá” em português. Nela vendiam-se alimentos, bebida, roupas, dentre outros produtos. Atuava também como local de convívio social.

<sup>13</sup> Outros fatores conjunturais da década de 1830-1840 foram: os ataques indígenas, o bloqueio francês (1837-1838) e a guerra civil entre federalistas e unitários (1839-1852).

<sup>14</sup> A campanha do Deserto teve outros objetivos, além do de ampliar a base para a expansão da pecuária. Através dela, Rosas procurou consolidar seu prestígio político, preparando o terreno para assumir novamente o governo da província sob a forma que sempre desejou: com poderes absolutos. Muito importante também foi a possibilidade que a Campanha oferecia para redirecionar a atividade militar. Em vez de manter suas tropas mobilizadas, lutando numa guerra que só trazia prejuízos às finanças da província, usava sua milícia para ampliar os recursos econômicos da mesma, além de manter sob seu comando e orientação as camadas populares da campanha. Isso era de extrema relevância, como veremos mais adiante, na medida em que a mobilização militar da gente da campanha foi utilizada como estratégia para deixar as terras livres para serem ocupadas pelos proprietários de terras.

<sup>15</sup> In ROSAS, op. cit., p. 13.

<sup>16</sup> LINCH, op. cit., p. 57.

<sup>17</sup> Na história argentina, há uma segunda e talvez mais conhecida e importante investida sobre o território indígena através de campanha militar. Foi a denominada Segunda campanha do deserto, chefiada pelo General Roca de 1878 a 1883, quando todo o pampa ao sul do Colorado foi anexado ao território nacional.

<sup>18</sup> Associação das províncias do interior que exportavam gado e se reuniram para lutar pelo direito de usar o porto de Buenos Aires sem pagar taxas alfandegárias à província de Buenos Aires. Era formada por Corrientes, Santa Fé e Entre Rios.

<sup>19</sup> WOODBINE, Parish. *Buenos Aires y las Provincias del Plata*. Buenos Aires, Imprenta de Mayo, 1853, p. 313.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 314.

<sup>21</sup> A expressão “negócio pacífico” era utilizada por Rosas para designar sua política de paz com os índios mediante a entrega de alimentos e presentes. Inspirou-se na política borbônica, instalada por Carlos III,



que buscava “instaurar um sistema regular de presentes e agasalhos com o fim de criar laços de dependência e lealdade” entre os índios. A partir de 1833, o termo designou a verba orçamentária do Departamento de Fazenda que designava todos os gastos realizados para a manutenção da paz com os “índios amigos”.

<sup>22</sup> Os “vícios” normalmente correspondiam à aguardente, ao tabaco e à erva.

<sup>23</sup> Arquivo de la Provincia de Buenos Aires. Ministerio de la Educacion – Secretaria de Cultura. Gobierno Particulares. Decretos, 1833 (SX- 16-2-4).

<sup>24</sup> *El Grito Argentino*, Montevideú, 25 mar., 1839, p. 2 .